

18º Congresso Brasileiro de Sociologia

26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

Grupo de Trabalho 37: **Violência, corpo e sexualidade: estudos feministas de gênero e/ou raça**

Título do Trabalho: **Violência sexual na Universidade Federal de Viçosa: “Boa noite Cinderela Acadêmico”**

Autores: **Rogéria Martins – Universidade Federal de Viçosa e Paulo Fraga – Universidade Federal de Juiz de Fora e Ana Paula Costa – Universidade Federal de Viçosa**

## **Violência sexual na Universidade Federal de Viçosa: “Boa noite Cinderela acadêmico”**

### *1. Discussão conceitual*

Primeiramente, é importante iniciar essa apresentação, comunicando que esse texto é parte de uma pesquisa mais ampliada já concluída, cuja disposição mais completa encontra-se aguardando publicação. Nesse sentido, o presente texto apresenta enfoque específico, buscando colocar em debate aspectos que demandam certa reflexão.

Esse trabalho é um desafio colocado frente à curiosidade investigativa do tema violência sexual, pois se reporta à prática dos crimes sexuais no interior da universidade: prática relativizada na instituição acadêmica, a partir do comportamento assumido por alguns estudantes, que exige reconhecer em seus alunos como agressores na rotina das relações interpessoais. A representação que o agressor de crimes sexuais tem endereço e perfis definidos alude-se à sujeição criminal. O termo usado segue a acepção desenvolvida por Misse (1999) que atribui a rotulação de suspeita ou ação incriminadora para determinados tipos sociais.

Essas abordagens das representações coletivas que se inclina em condenar determinados grupos sociais – ditos suspeitos - parecem desconfortáveis atribuindo a determinados tipos e grupos sociais a insuspeição, acentuando a recorrência da prática, e conseqüentemente, a dificuldade de sua responsabilização. A aproximação com os estudos de outros pesquisadores (ARDAILLON; DEBERT, 1987; PIMENTEL et all, 1998; VIGARELLO, 1998; GOLDSCHMIDT, 1998; VARGAS, 2000, 2004) oferece algumas respostas, para o estudo do tema; mas a incidência desse fenômeno na dinâmica universitária, sobretudo, numa cidade do interior deve nos levar a compreender as diferentes facetas das práticas de violências sexuais.

Alguns dos pesquisadores citados anteciparam que o estupro, enquanto uma prática de violência sexual, é um crime veementemente condenado socialmente, mas pouco punido nos tribunais (ARDAILLON; DEBERT, 1987, MARTINS, 2014). Como bem evidenciou Foucault (1987), o sistema de contenção e repressão não se organiza para perseguir todos os crimes e todos os ilegalismos. A curiosidade aumenta ainda mais em contextos de configurações democráticas e de locais vistos como imune a tais práticas como a universidade, onde o empenho dos instrumentos estabelecidos para garantir a justiça social parece distante da realidade. O intento do estudo é perseguir as fragilidades internas das relações que se estabelecem na vida universitária, uma vez que suas práticas parecem não corresponder ao estabelecimento num sistema baseado nas relações de confiança e segurança.

O presente projeto realizou uma pesquisa exploratória sobre os perfis de violência sexual entre universitários da Universidade Federal de Viçosa. Por questões éticas, não identificamos casos, vítimas e agressores; mas investigamos os perfis dessas práticas, considerando que a identificação do agressor segue a responsabilidade das agências de controle e em respeito à vontade das vítimas ou de pessoas que descreveram casos de seu conhecimento. O trabalho foi mobilizado por relatos informais que chegavam com certa recorrência, sobretudo em contextos das atividades de entretenimento da vida universitária. Isso chamou a atenção por parte da coordenação da pesquisa, uma vez que o tema já era objeto de seus estudos no doutoramento. Contudo, o contexto universitário como um espaço inseguro e, por vezes, hostil cunhou preocupações para identificar como essas práticas ocorriam.

O intento se debruçou a analisar os casos relatados nas redes sociais que aglutinam estudantes da UFV e que reportam constantes ocorrências durante os contextos de lazer e rotina dos estudantes: festas, reuniões, namoros, ritos de passagem em “repúblicas”, trotes, deslocamentos pelo campus etc. Esses elementos despertaram ainda mais a necessidade de provocar estudos para compreendermos melhor essas dinâmicas, essas lógicas e, sobretudo, essas

práticas no interior da universidade, revelando as ações sociais que se desenvolviam nas dinâmicas internas do espectro acadêmico.

A literatura sociológica apresenta várias teorias e conceitos que procuram explicar essas questões do sexismo nas sociedades atuais, uma vez que, um longo percurso na busca por uma trajetória emancipatória marca o caminhos de grupos discriminados, considerando o reconhecimento desses grupos sociais, historicamente vítimas de preconceito e desvelo na sociedade. O trabalho buscou uma referência conceitual na teoria do reconhecimento, buscando elencar como determinados grupos vistos como minorias denotavam, ainda, de demandas de reconhecimento.

Alguns autores (Honneth, Taylor e Fraser) têm tratado essas questões, considerando que essas demandas fazem parte das lutas contemporâneas, numa busca dessas minorias por um *reconhecimento* na sociedade. Segundo essa teoria a cada negação ou desrespeito aos indivíduos ou coletivo, corresponde a uma demanda por reconhecimento. Essa é uma luta constante e premente nas sociedades atuais. Isso significa que forças políticas progressistas, há tempos, vêm atuando em dois campos: redistribuição e reconhecimento (FRASER, 2007). Se por um lado, a **redistribuição** se manifesta a partir de uma alocação mais justa dos recursos e bens na sociedade para todos, inclusive dessas minorias – aqui poderíamos caracterizar pela igualdade de direitos, os legislações de proteção específicas para o universo feminino na sociedade brasileira; o **reconhecimento** procura explorar uma visão mais amigável às diferenças, reconhecendo suas práticas culturais. A consequência dessa situação é que a *redistribuição* se orienta na busca de uma maior igualdade social, entre os grupos sociais, a partir de uma política de classe, na medida que procura distribuir de forma mais justa a renda. E o *reconhecimento* se revela na busca por uma sociedade multicultural, a partir de uma política de identidade, respeitando a auto-realização de suas manifestações culturais. Para o nosso debate, se identifica aqui os limites. O reconhecimento da condição do feminino da sociedade brasileira ainda é marcada por um

sexismo acentuado de natureza cultural significativo.

## *2. Percurso metodológico*

Esse trabalho objetivou uma maior compreensão das práticas de violência sexual envolvendo estudantes universitários. Sua hipótese inicial alude à fragilidade de reconhecimento das vítimas e agressores desse tipo de crime, pela dificuldade clássica aplicada à obtenção de dados consistentes e minimamente qualificados sobre o fenômeno. O caminho construído pelo percurso metodológico é apresentado aqui pelos perfis das práticas, uma vez que sua identificação é de responsabilidade das agências de controle, como já destacado anteriormente.

É comum, quando se apresenta o percurso metodológico do objeto analisado, procurar definir as etapas preliminares da pesquisa de campo. Um dos primeiros momentos na construção é descrever a pesquisa. A mesma teve duas etapas, a primeira de base documental e a segunda com survey monkey: as fontes dos dados – base documental, a definição dos sujeitos envolvidos, de modo a delimitá-la sobre casos particulares da realidade complexa que envolve esse tipo de fenômeno. Nesse sentido, o projeto constituiu-se numa pesquisa quanti-qualitativa, buscando identificar e classificar as manifestações relatadas de violência sexual postadas nas redes sociais compartilhadas por alunos da UFV, mediada pela técnica da análise do discurso.

Tal opção foi feita em razão da possibilidade de fornecer explicações nas particularidades de cada contexto em estudo, sobretudo, em razão da possibilidade de aprofundamento que o método oferece. Os instrumentos que foram usados tiveram base documental da rede social e relatos em questionário on-line (survey monkey), realizado via demanda espontânea, sem identificação como uma estratégia para facilitar os acessos aos relatos, preservando os sujeitos e incitando sua revelação.

A técnica de investigação buscou, nos relatos postados e nas respostas do questionário on- line, o elemento discursivo, focalizando em quem fala (vítimas ou pessoas que identificaram agressões) e o seu contexto (local e ambiência do ocorrido) e sua indicação do agressor. Logo, a construção do inventário classificatório da condição de agressor foi apresentada, segundo as vozes manifestas das vítimas e não fruto de um objeto de investigação criminal. Na discussão da querela do método, Robert (2007) endossa a opção teórica qualitativa afirmando que a avaliação da suficiência do *corpus* para aquisição dessas informações resulta de uma questão estritamente empírica.

O tema é delicado, hostil para realizar uma aproximação sem reconhecer o ambiente e contexto desse fenômeno. Segundo o rastro dos relatos de estudantes da UFV, do Facebook que aglutinava diversos estudantes,, apresentava casos recorrentes de abusos, sobretudo entre estudantes. A pesquisa então, seguiu orientações da literatura (OLEGÁRIO e SILVA, 2016) que reconhece nesse espaço virtual, um espaço sobre tudo e todo mundo, com acentuada expressão do seu pensar. A ideia era reconhecer a rede social como um espaço de construção de sentidos e circulação de discursos nas mais variadas temáticas e contextos (op. cit.). Para o intento foram conferidos uma busca dos discursos na página da Universidade Federal de Viçosa, um grupo fechado, onde os discursos circulação, de maneira informal.

Foram cerca de 6 meses de investigação, a partir da ideia de que analisar o discurso é compreender como “*um objeto simbólico produz sentidos, como ele é investido de significância para e por sujeitos*” (ORLANDI, 2012, p. 26). As categorias abuso, violência sexual e estupro foram conferidas como elementos discursivos engendrados para aferir maior disposição ao universo de práticas e subsidiar a coleta de dados.

As etapas da pesquisa aplicadas pela *pesquisa exploratória* por dois instrumentos de coleta de dados: um de base documental do ambiente virtual – estabelecida pela definição dos espaços virtuais das redes sociais,

particularmente, manifestas pelo Facebook desde criação da página até o mês de março de 2016. Outro instrumento foi elaborado, trata-se de um questionário na forma on-line, via o modelo survey monkey disponibilizado pelo acesso via email institucional dos estudantes, via o registro acadêmico. Os estudantes foram solicitados a responder de forma espontânea, sem identificação e preservando o sigilo das respostas. A sutileza desse tipo de questionário on-line e sua aplicação de forma aleatória são empreendidas em razão da complexidade do tema e do temor dos envolvidos em revelar os fatos, fragilizando a qualidade das respostas.

Dessa forma, a análise dos dados, na segunda etapa da pesquisa, foi realizada através da técnica de análise do discurso para a base documental das postagens e também das respostas abertas do questionário on-line. A técnica de AD foi resgatada aqui como a mais apropriada para o estudo desses instrumentos, em razão da possibilidade de pinçar o simbolismo inscrito nas ações sociais, a partir dos traços do pensamento dos envolvidos inscritos nos documentos (nas postagens), e no questionário coletivo. O conhecimento das operações da AD nas ciências sociais revela um conjunto de abordagens metodológicas recorrentes nos métodos e técnicas utilizados para interpretar os documentos dentro de um objetivo para conhecer a vida social. Por isso, fazer uma análise do discurso é produzir uma linguagem, no qual os documentos resultam de uma interpretação social, do mundo (Gauthier, 2006).

O banco de dados fornecido pelo survey monkey foi também objeto de análise descritiva considerando a disposição dos cruzamentos disponíveis por esse instrumento de pesquisa. Uma vez definidas as hipóteses, as categorias dirigidas ao estudo, bem como as categorias de análise para a técnica da leitura dos discursos nos documentos dos registros manifestos, o material foi impresso e a análise iniciada com o material de construção empenhado aliado ao referencial teórico pré-estabelecido – aqui definido pela teoria do reconhecimento.

### 3. Resultados

Após ser feita a pesquisa através de um questionário previamente testado e enviado via e-mail institucional dos alunos, alguns dados e relatos anônimos nos convidam a pensar a violência sexual. O questionário foi respondido por seiscentos e setenta alunos de todos os cursos da Universidade Federal de Viçosa (UFV) num período de quarenta dias e a pesquisa teve adesão e reconhecimento por parte da mídia, sendo citada em entrevistas de jornais<sup>1</sup> e outros estudos voltados à temática da violência contra mulher. Os dados analisados conferiram a possibilidade de algumas inferências na . caracterização das vítimas, dos ambientes e ocasiões em que ocorrem as agressões.

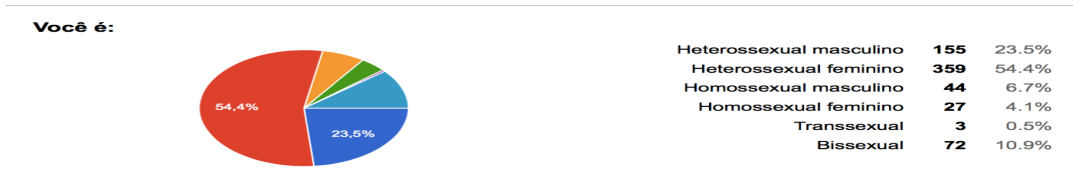
A média de idade das pessoas que reponderam foi de 21 anos, sendo a maioria dos estudantes que respondeu ao questionário, como o mostra o gráfico 1, é do sexo feminino (54,4%). Um elemento que chamou a atenção nos dados, que vai de encontro à literatura (HEILBON, 2006), é o significativo percentual dado a caracterização da bissexualidade, em torno de 10% dos que responderam o questionário. Isso revela como o comportamento de jovens vêm se alterando, a partir do aumento de pessoas que se identificam com essa sexualidade. A bissexualidade ganha destaque nessa geração e já tem sido objeto de estudos (op.cit.). É importante considerar, contudo, que o movimento revela que não é que, necessariamente, a bissexualidade é assumida como uma disposição fechada da sexualidade, mas é um aumento, sobretudo da percepção de que as vivências e experiências sexuais, nesse espectro, passam a estar mais disponíveis nessa geração.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www.diarioregionaljf.com.br/cidade/6067-casos-de-abuso-sexual-provocam-medo-e-mudanca-na-rotina-da-mulher> .

#### **Gráfico 1 – Sexualidade dos estudantes**





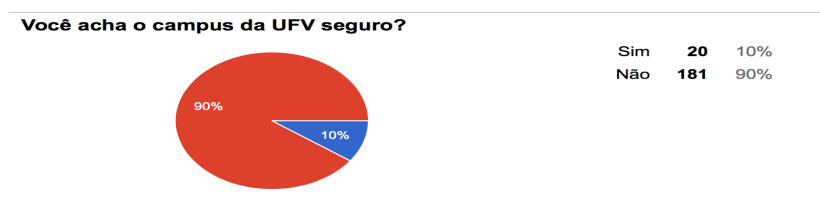
Antes que esta pesquisa fosse concretizada foi feito um mapeamento da rede social no qual muitos estudantes fazem parte, trocam informações, discutem diversos assuntos e utilizam em seu momento de lazer. Constantemente foram feitas denúncias nesta rede, com o intuito de alertar os demais estudantes sobre a violência no *campus*, assaltos e sensação de insegurança que os alunos tinham. Denúncias de trotes abusivos, violência sexual dentro e fora da universidade, abuso de autoridade e diversos outros problemas são expostos neste grupo em uma rede social. Fato este que nos motivou a incluir questões relativas à segurança dos alunos nas perguntas do questionário aplicado, e que não fogem ao tema da pesquisa.

A seguir, serão expostos alguns gráficos com resultados acerca do sentimento de segurança dos alunos com relação ao campus e os demais estudantes que frequentam a UFV e trote. O gráfico2 abaixo mostra que 90% dos alunos que responderam a pesquisa não acham o *campus* da UFV seguro e que 84,1% desses estudantes não confiam nas pessoas que estudam na universidade. A representação de segurança dada ao contexto universitário já está bastante relativizada. A ideia de instituição segura é questionada a partir da concepção do espaço perigoso que ela passa a assumir. Um estudo realizado na Universidade Federal de Goiás oferece uma distinção entre segurança e perigo, que desvincula a percepção da violência:

Os conceitos de “segurança” e de “perigo” e suas particularidades parecem estruturar as representações sobre insegurança no interior da universidade. Isso porque a comunidade universitária, ao dar forma às suas representações sobre as violências conhecidas/ noticiadas, vividas em diferentes situações/condições nas Regionais, o faz a partir de uma distinção entre “segurança” e “perigo”. Majoritariamente, a UFG é representada como uma instituição “segura”, mas há muitos relatos de situações e locais de “perigo”. A “segurança” é narrada, quase sempre, em relação ao contexto (estado/ cidade/ região, entorno). Já o “perigo” é vivido, quase sempre, devido a problemas de infraestrutura (iluminação, acesso, obras inacabadas) e/ou de serviços (vigilância, ouvidoria, departamentos) (Relatório de Pesquisa, 2015, p. 22).

O problema dessa análise é deslocar o problema da violência para a representação do perigo, porque quase que transfere para o indivíduo a responsabilidades dos “riscos”. Para a condição do feminino na sociedade brasileira essa é uma disposição muito atomizada. O aviltamento da vítima é uma peculiaridade dos crimes sexuais (MARTINS, 2015).

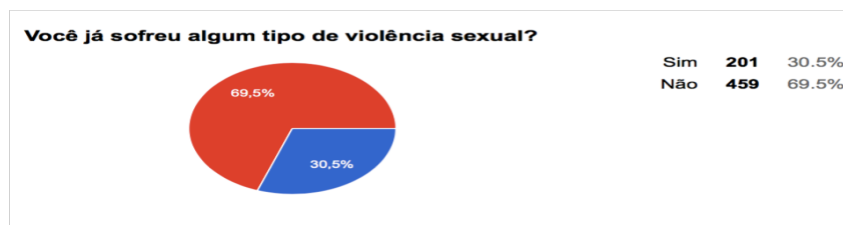
## Gráfico 2 – Segurança no *campus* da UFV



O meio de agressão mais indicado foi a “Força corporal”, presente em mais da metade dos casos (54,8%), que somado a casos de “Imobilização da vítima” alcança 72% dos casos. Em 30% dos casos a violência foi acompanhada de indução de álcool ou drogas pela vítima e em 23,7% de violência física.

Por outro lado, identificar a vitimização da violência sexual foi importante para dar maior consistência aos relatos manifestos nas redes sociais. Das 660 pessoas que responderam ao questionário 61,5% já sofreram algum tipo de violência sexual e em sua maioria não procuraram as agências de controle (polícia, delegacia da mulher) para fazer a denúncia. O percentual de 30,5 % já ouviram falar sobre agressões e conheciam as vítimas (as quais em 87,4% eram de sexo feminino) e/ou o agressor. O gráfico 3 traz estes dados.

### Gráfico 3 – Vitimização de violência sexual



O universo em torno de 30% de estudantes alegando que já sofreram violência sexual é bastante significativo, revela o quanto a prática é muito comum, mas também é silenciada.

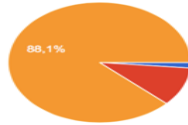
A vitimologia crítica tem revelado muitas teorias significativas, mas destacam-se aqui particularmente um trabalho por reconhecê-lo apropriado para as vítimas de estupro. Wynne et al (1997) destacam as vítimas diretas, aquelas que sofrem diretamente a agressão, a violência e as vítimas indiretas, que são aquelas que testemunham atos de violência ou abusos e sofrem as consequências desse conhecimento, o que é muito comum nas práticas de crimes sexuais, sobretudo, na condição de crimes cometidos por conhecidos ou familiares, que é o caso das práticas na universidade.

No **Gráfico 4** , a questão da busca por responsabilização se mostra pouco legitimado pelas vítimas desse tipo de crime. O que é também comum e no ambiente universitário esse viés não muda. O percentual é muito alto para os que afirmam não procurar as agências de controle para esse tipo de crime e ainda os que afirmam não se sentir amparados. A questão central sobre o agressor, nesse debate sobre a violência sexual, talvez seja mais interessante deslumbrar as estratégias de resistência e sua plasticidade para a invisibilidade, sobretudo no contexto universitário. A literatura, de modo geral, focaliza no tratamento e nas desigualdades arroladas nas agências de controle e poucos estudos trabalham a questão da ardidez desse tipo de crime. Isso sem dúvida mudaria o quadro atual de francas limitações e fragilidades das práticas jurídicas para revelação do crime e responsabilização dos agressores.

Por outro lado o reconhecimento das vítimas de crimes sexuais nesses espaços denotam situações de recorrentes constrangimentos, o que caracteriza o sexismo nesses ambientes de controle, caracterizando-os como contextos mais hostis.

#### **Gráfico 4 – Apoio das agências de controle**

Você se sentiu amparado pelas agências de controle (polícia, delegacia da mulher, tribunal de justiça)?



Sim	3	1.5%
Não	21	10.4%
Não procurei as agências de controle	177	88.1%

O que se observa nesse contexto é que as relações de gênero manifestam as hierarquias pré-estabelecidas culturalmente para a questão do feminino, na sociedade brasileira, ainda que os mecanismos de redistribuição de direitos estejam alcançados.

Contudo, um grupo que luta por reconhecimento não admitindo mais que essas minorias assimilem às normas da maioria ou da cultura dominante em razão da institucionalização de padrões de valoração de determinados grupos sociais é uma dinâmica observada à mulher para a condição da mulher na sociedade brasileira aduz a um reconhecimento de sua autonomia e da igualdade de direitos. O reconhecimento amplia os espaços de participação social dos grupos discriminados, promove a auto-realização dos indivíduos e ainda promove a solidariedade e dignidade de todos, mas esse reconhecimento para a condição da mulher, nem na universidade ele é garantido. Um exemplo de pouco reconhecimento nesse espaço é a própria relativização de determinadas práticas, ditas violentas, abusivas e que passam a ser relativizadas, em razão do

tipo de agressor. Jovens universitários, sobretudo de classe média, não podem cometer crimes, mas realizam “brincadeiras”, com o consentimento explícito das meninas. Algumas explicações nos relatos dos estudantes, assumiam o discurso da pretensa ideia do significado de ir a uma festa na universidade...a racionalidade impressa é de compartilhamento de “práticas livres”, inclusive, por ventura, agressivas.

### O Gráfico 5 – Dinâmica do apoio após o dano



Nesse contexto hostil e necessário reconhecimento de seus códigos, suas ações falam por si. Ir a festa, significa estar “disposto a tudo”....O que fazer depois do ocorrido é quase como se culpar, e por isso um percentual tão significativo por não fazer nada...

### 4. Conclusões

Estes são alguns dados parciais de algumas análises bem preliminares do estudo, os quais podem ser analisados com maior acuidade conceitual, contextualizados e pensando dentro de uma gama de variáveis que podem aprimorar a discussão sobre a violência sexual. A delicadeza do tema é um

desafio que nos permite expandir e repensar a abordagem metodológica, obtendo os resultados esperados e precisos, respeitando sempre o indivíduo. O tema é caro as Ciências Sociais que não se deve furtar à analisá-lo, ja que nos leva a uma reflexão do modelo de sociedade construído em torno das questões de gênero e sexualidade no Brasil.

Referências:

ARDAILLON, D. e DEBERT, G.G. **Quando a Vítima é Mulher. Análise de julgamentos de crimes de estupro, espancamento e homicídios.** Brasília: CNDM/ Ministério da Justiça, 1987.

OLEGÁRIO, M. L. e SILVA, Z. R. A circulação dos discursos na rede social facebook e a constituição de sujeitos. **Revista Linguagens & Letramentos**, v.1, no1, 2016.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos.** 10. ed. Campinas-SP: Pontes Editora, 2012.

HEILBON, M. L. et all. **O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros.** Rio de Janeiro, Ed. Garamond e Fiocruz, 2006.

GOLDSCHMIDT, E. M. R. **Convivendo com o pecado na sociedade colonial paulista 1719-1822.** São Paulo: Ed. Annablume, 1998.

MARTINS, R. S.. **Estupro de crianças e adolescentes e a desigualdade nos tribunais: uma análise dos processos judiciais.** 1. ed. Portugal: Novas Edições Acadêmicas, 2014.

MARTINS, R. S.. Sujeição de vítimas de estupro - o aviltamento das vítimas. In: Paulo Cesar Pontes Fraga. (Org.). **Mulheres e criminalidade.** 1ed.Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, v. 1, p. 144-164.

PIMENTEL, S; SCHRITZMEYER. A. L. P. e PANDJIARJIAN, V. **Estupro crime ou cortesia? Abordagem sociojurídica de gênero.** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1998.

VIGARELLO, G. **História do Estupro – violência sexual nos séculos XVI-XX.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1998.

VARGAS, J. Estupro: Que Justiça? Fluxo do Funcionamento e Análise do Tempo da Justiça Criminal para o Crime de Estupro. [**Tese de doutorado**]. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

\_\_\_\_\_. **Crimes Sexuais e Sistema de Justiça**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais - IBCCrim, 2000.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Trad: Luis Repa. São Paulo: Ed.34, 2003.

TAYLOR, C. **Multiculturalismo**. Lisboa, Instituto Piaget, 1994.

FRASER, N. Reconhecimento sem ética? in: **Lua Nova**, São Paulo, n. 70, 2007, pág 101-138.

WYNNE, R. et all. **Guidance on the prevention of violence at work**. Luxembourg: European Comission, 1997.

**RELATORIO DE PESQUISA**. Violência, conflitos e crimes nos Câmpus Universitários: Subsídios para a política de segurança da UFG, Goiania. 2015.